

FHC admite erro ao vetar *Saúde* as esterilizações no SUS

JORNAL DE BRASÍLIA

19 JAN 1996

O presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu ontem ter cometido um "erro técnico" ao vetar artigos da Lei de Planejamento Familiar que regulamentavam a cirurgia de esterilização de homens e mulheres pela rede pública e decidiu recuar. Numa atitude inusitada, o Presidente, sem poder cancelar a decisão, vai estimular a derrubada dos próprios vetos pelo Congresso Nacional. A decisão do Presidente foi tomada no mesmo dia em que a primeira-dama, Ruth Cardoso, criticou os vetos presidenciais, que já haviam irritado lideranças femininas, em sua luta pela regulamentação da laqueadura e da vasectomia. No lançamento do projeto Universidade Solidária, a primeira-dama foi enfática: disse que o Governo tem a obrigação de garantir às mulheres todos os métodos de planejamento familiar e informou que não

foi consultada pelo Presidente.

"A questão é que não se governa com a opinião da mulher, nem dos amigos. As coisas são mais complicadas e não sei exatamente como isso ocorreu porque não tive a chance de conversar sobre o assunto. Mas acho que a gente tem que aprender que as coisas não são assim: não é alguém falar no ouvido do príncipe que faz as coisas se moverem", disse dona Ruth.

A assessores mais próximos, Fernando Henrique tem reiterado que pensa da mesma maneira e justifica o veto como um erro induzido pelo Ministério da Saúde. O próprio ministro da Saúde, Adib Jatene, se disse surpreso com o veto. A confusão se deu em função de outro parecer, só que da assessoria jurídica do ministério, favorável ao veto e contestando os artigos 10, 11 e 15, finalmente vetados por Fernan-

do Henrique, que autorizavam a esterilização de mulheres com mais de 25 anos e que tivessem dois ou mais filhos. O Governo, com base no parecer da área jurídica da Saúde, justificou os vetos dizendo que a laqueadura é uma forma de mutilação e deve ser tratada como crime de lesão corporal.

Dona Ruth disse que sempre defendeu a ampliação dos métodos anticoncepcionais às mulheres, mas ressaltou que não pôde acompanhar o andamento do projeto porque estava envolvida com as atividades do Programa Comunidade Solidária.

O projeto sobre planejamento familiar foi vetado parcialmente pelo Presidente. Foram vetados três artigos, que autorizavam a rede pública a esterilizar mulheres com mais de 25 anos e que tivessem dois ou mais filhos e a fazer vasectomia em homens.